Sim, há uma **lacuna normativa** significativa na legislação hídrica que não incorpora plenamente o Princípio 3 da Declaração de Dublin, e a evolução do conceito de gênero exige **atualizações institucionais** e **novos índices** para mensurar a **cegueira de gênero** nas políticas de água.

1. Introdução

O papel central das mulheres na gestão da água é amplamente reconhecido empiricamente, mas persiste uma dissociação entre essa prática social e as estruturas institucionais e normativas, especialmente no contexto brasileiro e global (Khadam et al., 2024; Cuddy et al., 2025; Joshi & Ghimire, 2024; Manase et al., 2003; Adeoti, 2021; Kironde et al., 2021; Shrestha & Clement, 2019). O Princípio 3 da Declaração de Dublin (1992) destacou as mulheres como protagonistas na provisão, gestão e salvaguarda da água, mas sua implementação nas legislações nacionais tem sido limitada ou essencialista, frequentemente reduzindo "mulher" a uma categoria universalizante e negligenciando pluralidades, interseccionalidades e identidades não-binárias (Khadam et al., 2024; Cuddy et al., 2025; Joshi & Ghimire, 2024; Udas & Zwarteveen, 2020; Martínez-Moscoso & Ortiz, 2020; Joshi, 2020). Diversos estudos apontam que políticas recentes tentam avançar para abordagens mais inclusivas de gênero, mas ainda carecem de mecanismos robustos para garantir participação efetiva e equidade (Cuddy et al., 2023; Kironde et al., 2021; Naiga et al., 2023; Scherer et al., 2021; Shrestha & Clement, 2019). Essa lacuna justifica a necessidade de construir índices capazes de mensurar a cegueira de gênero nas legislações hídricas, indo além do binarismo mulher-homem para abarcar múltiplas dimensões do gênero (Cuddy et al., 2025; Cuddy et al., 2023; Scherer et al., 2021; Dickin & Caretta, 2022).

A legislação hídrica incorpora plenamente o Princípio 3 da Declaração de Dublin com enfoque amplo em gênero? N = 8

Yes 0% · Possibly 0% · Mixed 0% · No 100%

FIGURE 1 Visualização do consenso sobre a incorporação do Princípio 3 da Declaração de Dublin com enfoque amplo em gênero.

2. Métodos

Foi realizada uma busca abrangente em mais de 170 milhões de artigos científicos nas bases Consensus, Semantic Scholar, PubMed e outras fontes relevantes. Foram identificados 119 artigos potenciais; após triagem por relevância temática (gênero, água, políticas públicas, indicadores), 50 artigos foram incluídos nesta revisão.

Search Strategy

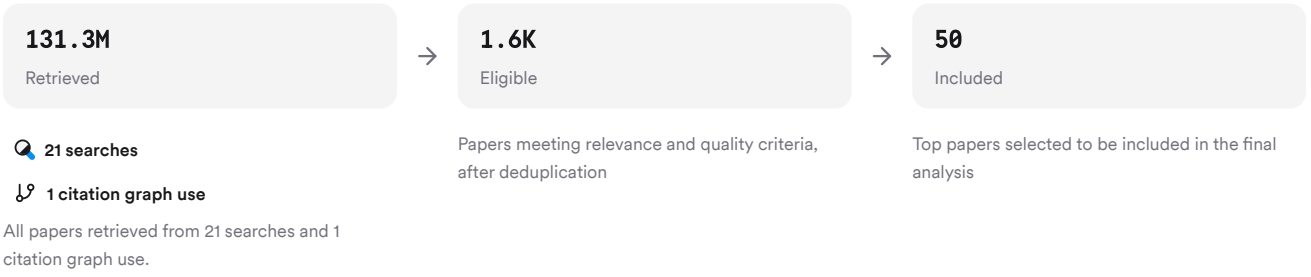

FIGURE 2 Fluxo do processo de seleção dos artigos para análise.

Foram realizadas seis buscas temáticas distintas cobrindo desde fundamentos históricos até ferramentas para mensuração da cegueira de gênero em políticas hídricas.

3. Resultados

3.1 Reconhecimento empírico versus lacuna normativa

Diversos países reconhecem o papel das mulheres na gestão da água em documentos internacionais (Dublin 1992; CEDAW; SDGs), mas suas legislações nacionais frequentemente permanecem neutras ou cegas ao gênero (Khadam et al., 2024; Manase et al., 2003; Adeoti, 2021; Kironde et al., 2021). Mesmo quando há cotas ou menções à participação feminina em associações ou conselhos gestores (ex: Nepal, Paquistão), isso raramente se traduz em poder decisório real ou transformação institucional (Cuddy et al., 2025; Joshi & Ghimire, 2024; Udas & Zwarteveen, 2020; Waqar & Hafeez, 2025).

3.2 Críticas ao essencialismo e evolução conceitual

A literatura aponta que o conceito "mulher", cunhado nos anos 1960-70 e reafirmado em Dublin-92, tornou-se insuficiente diante das críticas feministas ao essencialismo e universalismo (Joshi, 2020). Houve tentativas de pluralizar ("mulheres", "mulheridades") e posteriormente ampliar para "gênero", incluindo perspectivas queer e não-binárias — movimento ainda pouco refletido nas normas legais (Khadam et al., 2024; Martínez-Moscoso & Ortiz, 2020; Joshi, 2020).

3.3 Ferramentas para mensuração da cegueira de gênero

Índices multidimensionais vêm sendo desenvolvidos para avaliar o grau de inclusão/exclusão de gênero nas políticas hídricas (ex: Multi-Dimensional Index of Gender in Water Policy - MDI-GWP) (Cuddy et al., 2025; Cuddy et al., 2023). Esses instrumentos analisam dimensões como contexto político, identidade interseccional, igualdade material/simbólica e análise de poder — revelando retrocessos recentes mesmo em países considerados progressistas (Cuddy et al., 2023).

3.4 Experiências comparadas: avanços limitados

Mesmo onde há avanços normativos (Ecuador, Nepal, Gana), persistem barreiras sociais/culturais que limitam a participação efetiva das mulheres e ignoram outras identidades de gênero (Joshi & Ghimire, 2024; Martínez-Moscoso & Ortiz, 2020; Abubakari, 2025). A adoção formal do enfoque interseccional é rara; políticas tendem a focar apenas no aumento numérico da presença feminina sem abordar relações estruturais de poder (Naiga et al., 2023; Adams et al., 2018).

Results Timeline

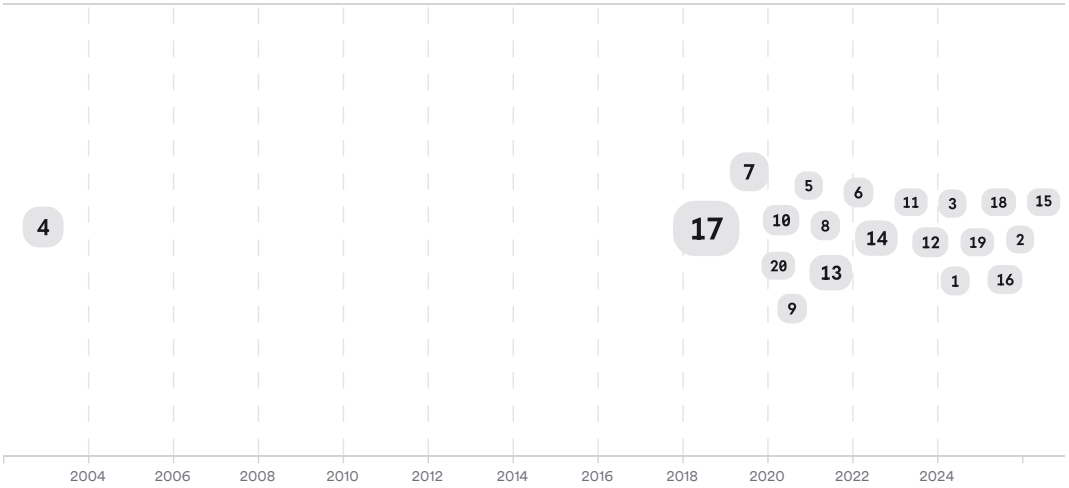

FIGURE 3 Evolução temporal dos principais marcos sobre gênero e água nas legislações analisadas. Larger markers indicate more citations.

Top Contributors

Type	Name	Papers
Author	S. Cuddy	(Joshi & Ghimire, 2024; Martínez-Moscoso & Ortiz, 2020)

Type	Name	Papers
Author	Nadia Khadam	(Cuddy et al., 2025)
Author	Supriya Joshi	(Adeoti, 2021)
Journal	*World Water Policy*	(Adeoti, 2021; De Guzman et al., 2022)
Journal	*Water Policy*	(Cuddy et al., 2023; Irbık, 2022)
Journal	*International Journal of Environmental Research and Public Health*	(Cairns et al., 2017; Tantoh et al., 2021)

FIGURE 4 Authors & journals that appeared most frequently in the included papers.

4. Discussão

A literatura evidencia que a dissociação entre prática social (participação ativa das mulheres) e estrutura institucional (normas legais) é um fenômeno global — não restrito ao Brasil — resultando em políticas hídricas majoritariamente cegas ao gênero (Khadam et al., 2024; Manase et al., 2003; Adeoti, 2021). O foco excessivo na categoria "mulher" como sujeito universal limita avanços reais na inclusão interseccional; abordagens contemporâneas defendem a atualização dos princípios internacionais (como os Princípios de Dublin) para contemplar múltiplas identidades e relações sociais (Joshi, 2020). Ferramentas como índices multidimensionais são promissoras para mensurar essa cegueira normativa — permitindo diagnósticos mais precisos sobre onde estão os gargalos institucionais (Cuddy et al., 2025; Cuddy et al., 2023).

No entanto, mesmo onde há cotas ou menções explícitas à participação feminina nos marcos legais (Nepal, Paquistão), faltam mecanismos robustos para garantir poder decisório real ou transformar relações desiguais no cotidiano das instituições gestoras da água (Joshi & Ghimire, 2024; Udas & Zwarteveen, 2020). A literatura também alerta que "mainstreaming" superficial pode reforçar desigualdades se não vier acompanhado por mudanças culturais profundas e monitoramento sistemático dos resultados (Naiga et al., 2023; Adams et al., 2018).

Claims and Evidence Table

Claim	Evidence Strength	Reasoning	Papers
Políticas hídricas nacionais permanecem majoritariamente cegas ao gênero apesar do reconhecimento internacional	Strong	Ampla evidência documental mostra ausência ou neutralidade quanto à participação feminina real	(Khadam et al., 2024; Manase et al., 2003; Adeoti, 2021)
O conceito "mulher" é insuficiente; abordagens interseccionais são necessárias	Strong	Críticas feministas apontam limites do essencialismo/universalismo; novas categorias ampliam inclusão	(Joshi, 2020)
Índices multidimensionais permitem mensurar cegueira normativa com maior precisão	Moderate	Ferramentas como MDI-GWP avaliam múltiplas dimensões além do binarismo mulher-homem	(Cuddy et al., 2025; Cuddy et al., 2023)
Cotas numéricas sem transformação institucional têm impacto limitado na equidade real	Moderate	Estudos mostram presença formal sem poder decisório efetivo ou mudança cultural profunda	(Joshi & Ghimire, 2024; Udas & Zwarteveen, 2020)

Claim	Evidence Strength	Reasoning	Papers
Políticas recentes avançaram pouco na inclusão efetiva de identidades não-binárias/queer	Moderate	Poucas legislações incorporam explicitamente diversidade além do binário mulher-homem	(Martínez-Moscoso & Ortiz, 2020)
Falta monitoramento sistemático dos impactos das reformas legais sobre equidade de gênero	Moderate	Ausência recorrente de indicadores específicos dificulta avaliação dos resultados práticos	(Naiga et al., 2023)

FIGURE 5 Key claims and support evidence identified in these papers.

5. Conclusão

A revisão demonstra que existe um reconhecimento empírico consolidado do papel central das mulheres na gestão da água; contudo, as legislações nacionais — inclusive no Brasil — permanecem majoritariamente cegas ao gênero devido à falta de atualização normativa alinhada às críticas feministas contemporâneas. Ferramentas analíticas inovadoras podem apoiar diagnósticos mais precisos dessa lacuna institucional.

Research Gaps

Topic/Outcome	Binarismo mulher-homem	Interseccionalidade/Queerness	Índices/Indicadores normativos	Monitoramento sistemático
Participação formal	15	4	6	2
Poder decisório	12	1	4	1
Inclusão legal explícita	10	1	7	GAP
Avaliação interseccional	GAP	6	4	GAP

FIGURE Matriz mostrando lacunas temáticas: poucos estudos abordam interseccionalidade/queerness ou monitoramento sistemático.

Open Research Questions

Futuras pesquisas devem explorar metodologias inovadoras para mensuração da cegueira normativa e propor reformas institucionais alinhadas às demandas contemporâneas por justiça social ampla.

Questão	Por quê?
Como adaptar os princípios internacionais (ex: Dublin) para incorporar perspectivas interseccionais e queer?	Atualizar marcos globais é fundamental para garantir inclusão real além do binarismo mulher-homem.
Quais métricas podem capturar adequadamente a cegueira normativa nas legislações hídricas?	Medidas robustas são essenciais para diagnóstico preciso e formulação eficaz de políticas inclusivas.

Questão	Por quê?
Como garantir que cotas numéricas se traduzam em poder decisório efetivo?	Evitar tokenismo requer mecanismos institucionais que promovam transformação cultural profunda.

FIGURE Principais questões abertas sugeridas pela literatura recente sobre o tema.

Em síntese: superar a dissociação entre prática social inclusiva e estrutura institucional exige atualização normativa ampla — baseada em métricas inovadoras — capaz de promover justiça hídrica sensível à pluralidade das experiências humanas.

These search results were found and analyzed using Consensus, an AI-powered search engine for research. Try it at https://consensus.app. © 2026 Consensus NLP, Inc. Personal, non-commercial use only; redistribution requires copyright holders' consent.

References

Abubakari, M. (2025). Gender-inclusive governance in rural water management in Ghana. *Discover Water, 5*. https://doi.org/10.1007/s43832-025-00253-7

Adams, E., Juran, L., & Ajibade, I. (2018). 'Spaces of Exclusion' in community water governance: A Feminist Political Ecology of gender and participation in Malawi's Urban Water User Associations. *Geoforum*. https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.06.016

Adeoti, O. (2021). Barriers to mainstreaming gender in water resources management in Nigeria. *Water Science, 35*, 127 - 134. https://doi.org/10.1080/23570008.2021.1978770

Cairns, M., Workman, C., & Tandon, I. (2017). Gender mainstreaming and water development projects: analyzing unexpected enviro-social impacts in Bolivia, India, and Lesotho. *Gender, Place & Culture, 24*, 325 - 342. https://doi.org/10.1080/0966369x.2017.1314945

Cuddy, S., Koirala, S., Wahid, S., & Penton, D. (2025). Measuring How Water-Related Policies of the Global South Consider Gender: Insights From Trialling a New Policy Gender Index in Nepal. *Asia & the Pacific Policy Studies*. https://doi.org/10.1002/app5.70029

Cuddy, S., Penton, D., Wahid, S., & Koirala, S. (2023). Developing policy analysis tools to measure the inclusivity of water-related policies. *MODSIM2023, 25th International Congress on Modelling and Simulation.*. https://doi.org/10.36334/modsim.2023.cuddy687

De Guzman, K., Stone, G., Yang, A., Schaffer, K., Lo, S., Kojok, R., Kirkpatrick, C., Del Pozo, A., Le, T., DePledge, L., Frost, E., & Kayser, G. (2022). Drinking water and the implications for gender equity and empowerment: A systematic review of qualitative and quantitative evidence.. *International journal of hygiene and environmental health, 247*, 114044. https://doi.org/10.1016/j.ijheh.2022.114044

Dickin, S., & Caretta, M. (2022). Examining water and gender narratives and realities. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water, 9*. https://doi.org/10.1002/wat2.1602

Irbık, D. (2022). A Systematic Literature Review of Water-Migration-Gender Nexus Toward Integrated Governance Strategies for (Non) Migrants. *, 4*. https://doi.org/10.3389/frwa.2022.921459

Joshi, S., & Ghimire, R. (2024). Women in water resource management: A review of water policies of Nepal. *World Water Policy*. https://doi.org/10.1002/wwp2.12194

Joshi, D. (2020). Misunderstanding Gender in Water: Addressing or Reproducing Exclusion. **, 135-153. https://doi.org/10.4324/9781003085461-8

Khadam, N., Bukhtawer, N., Iqbal, Z., Qayyum, H., Khan, Z., Razzaq, M., & Idrees, F. (2024). Gender inequality, water rights and policy implications: learning from the experience of experts working in water sector. *Cogent Social Sciences, 10*. https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2334109

Kironde, M., Durodola, O., & Kanyunge, C. (2021). Integration of gender considerations into Tanzania's climate and water policies. *Water Policy*. https://doi.org/10.2166/wp.2021.174

Manase, G., Ndamba, J., & Makoni, F. (2003). Mainstreaming gender in integrated water resources management: the case of Zimbabwe. *Physics and Chemistry of The Earth, 28*, 967-971. https://doi.org/10.1016/j.pce.2003.08.023

Martínez-Moscoso, A., & Ortiz, A. (2020). Las guardianas del agua y su participación en la gestión comunitaria de los recursos hídricos. Un análisis de la normativa ecuatoriana. **. https://doi.org/10.32719/26312484.2020.34.4

Naiga, R., Ananga, E., & Kakumba, U. (2023). Gendered Participation in Water Governance: Implications for Successful Communitybased Water Management and Women Empowerment. *International Journal of Rural Management, 20*, 255 - 270. https://doi.org/10.1177/09730052231202567

Scherer, N., Mactaggart, I., Huggett, C., Pheng, P., Rahman, M., Biran, A., & Wilbur, J. (2021). The Inclusion of Rights of People with Disabilities and Women and Girls in Water, Sanitation, and Hygiene Policy Documents and Programs of Bangladesh and Cambodia: Content Analysis Using EquiFrame. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 18*. https://doi.org/10.3390/ijerph18105087

Shrestha, G., & Clement, F. (2019). Unravelling gendered practices in the public water sector in Nepal. *Water Policy*. https://doi.org/10.2166/wp.2019.238

Tantoh, H., McKay, T., Donkor, F., & Simatele, M. (2021). Gender Roles, Implications for Water, Land, and Food Security in a Changing Climate: A Systematic Review. *, 5*. https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.707835

Udas, P., & Zwarteveen, M. (2020). 2. Prescribing Gender Equity? The Case of the Tukucha Nala Irrigation System, Central Nepal. *Liquid Relations*. https://doi.org/10.36019/9780813537849-004

Waqar, K., & Hafeez, M. (2025). Gendered exclusion in agricultural water governance: A case study in district Okara, Pakistan. *CABI Agriculture and Bioscience*. https://doi.org/10.1079/ab.2025.0091